INCLUSÃO: O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA INCLUSÃO

CRISTINE NICOLE DE ALMEIDA SILVA

RESUMO

Esse trabalho objetiva apresentar o papel do educador nos contextos da educação e sua contribuição na perspectiva inclusiva de alunos com dificuldades de aprendizagem. Muito se fala em inclusão, em direitos de aprendizagem, em desenvolvimento de habilidades e competências e na garantia de que todos tenham acesso pleno a educação de qualidade. Quando falamos sobre esses temas, logo nos remetemos as políticas públicas e a necessidade que as mesmas fortaleçam essas ideias, mas é essencial que o professor, aquele que está dentro das salas de aulas e trabalhando diretamente com os educandos, também tenha clareza em seu papel fundamental e na funcionalidade e reflexão que sua prática exige para que efetivamente exista a inclusão e isso garanta os direitos de aprendizagem e uma vida digna a cada um que passar por sua turma.

Palavras chave: inclusão, professor, educação, direitos de aprendizagem, habilidades.

1- INTRODUÇÃO

Diante de uma realidade tão dispare na maioria da sociedade e de tantos estudos, políticas públicas e debates, acreditamos ser importante perceber de forma mais direta o papel do professor dentro do contexto mais próximo a todo educando: a sala de aula.

Muito se fala em inclusão, na diversidade e direitos de aprendizagens, nas habilidades e competências a que todos tem direito igualmente e em acessibilidade e qualidade. Diante desse diálogo e da necessidade de fazê-lo cada vez mais presente em estudos e na vida de cada agente educacional, acreditamos ser importante dimensionar o papel do professor.

Esse papel do professor nos contextos de inclusão e possibilidades, considerando o currículo em espiral e suas adaptações, a dinâmica em sala de aula e as políticas públicas no interior da escola.

Como professora, há muitos anos, na educação pública me sinto instigada e desafiada a cada aluno que entra pela porta da escola e precisa de muito mais que conteúdos, ele precisa ser incluído numa sociedade que tem dificuldade com o novo e o diferente e isso me leva a querer conhecer e saber mais sobre o meu papel diante dessa realidade e de tantas necessidades.

A dificuldade de aprendizagem pode estar relacionada com inúmeros fatores, tais como: a metodologia utilizada, os métodos pedagógicos, o ambiente físico e até mesmo motivos relacionadas com o próprio aluno e seu contexto de vida.

O termo se refere a um estudante que possui uma maneira diferente de aprender, devido a um barreira que pode ser cultural, cognitiva ou emocional.

Em geral essa pesquisa objetiva geral compreender os caminhos da inclusão dos alunos com dificuldade de aprendizagem por meio do papel do educador.

E os objetivos específicos são: perceber na história da inclusão seus efeitos sobre a prática docente, compreender o papel do educador como agente direto no processo de ensinagem, analisar algumas políticas públicas e seus efeitos no interior da escola e avalizar o trabalho do educador e da equipe escolar como fontes de acesso, qualidade e inclusão.

A abordagem que fundamenta este trabalho científico é a qualitativa que se caracteriza por valorizar o que se fala acerca de um determinado tema, preocupandose com a qualidade dos dados e não com sua quantificação.

Assim optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa, iniciando-se pela estruturação da pesquisa bibliográfica, que, segundo LUDKE (1986), tem seu ambiente natural e fonte direta de dados o pesquisador como seu principal instrumento.

Os dados coletados são totalmente descritivos, sendo que se tem muito mais preocupação com o processo do que com o produto e, segundo GIL (1996), se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto.

É diante dessa realidade que acontece a atuação do professor e que vamos desenvolver nossos estudos baseados nos escritos de MACEDO (2005), que em seu ensaio pedagógico aborda tanto os aspectos envolvidos na proposta de inclusão às escolas, quanto as suas consequências e os desafios dessa política no cotidiano de todos nós, educadores e alunos.

O assunto da inclusão anda em voga há alguns anos e a cada estudo novas ideias fortalecem a ideia de direitos ao acesso, qualidade e do importante papel da escola e do professor na criação e prática de políticas públicas que favoreçam esse acesso.

Além dos estudos de MACEDO (2005) sobre inclusão no interior escolar, também utilizaremos MANTOAN (2000), com a ideia de diversidade e trabalho coletivo.

Também as competências para ensinar que PERRENOUD (2000) discorre em seu

livro são necessárias para a compreensão desse tema e o artigo de BRUNO (2008) sobre a formação de profissionais para atender pessoas com deficiência.

Por último, não menos importante, as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos (2006), que norteiam as necessidades de novas concepções de inclusão no Brasil.

2- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Vivemos um momento na educação em que a inclusão é um assunto em alta, pois cada vez mais a escola tem recebido em seu interior estudantes com necessidades diferenciadas e dificuldades de aprendizagem.

Historicamente é urgente compreender a segregação que acompanha a história dos deficientes e pessoas com necessidades especiais no Brasil, onde essas crianças, adolescentes e adultos ficavam restritas em seus lares ou em instituições que em nada favoreciam sua inclusão na sociedade e isso causou a impressão de que as mesmas não existiam, eram invisíveis.

Essa visão é perceptível quando criamos o mito de que atualmente temos mais pessoas com necessidades especiais, quando na verdade sempre houve. A diferença é que atualmente vemos essas crianças nas escolas, nas ruas e na convivência social. Os invisíveis tornaram-se visíveis e precisam realmente dessa visibilidade para serem verdadeiramente incluídos.

A partir dos anos 1950 as discussões sobre o assunto foram sendo desenvolvidas fortalecidas pela Declaração dos Direitos Humanos, de 1948; a Declaração dos Direitos da Infância, de 1959; a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, de 1979; as Conferências de Jomtiem, em 1990 e de Salamanca, em 1994, ambas organizadas pela UNESCO e que objetivavam uma escola para todos.

Esse processo de inclusão foi acontecendo de forma gradual, ou seja, aos poucos. No início essas crianças frequentavam salas especiais, separadas dos tidos “normais”, ou seja a separação continuava.

Segundo MANTOAN (2001) o que ainda acontece no Brasil “são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas, mas à criação de espaços escolares semi ou totalmente segregados”.

Observando essa afirmação é clara a necessidade de refletir e de repensar em ações que possam alterar essa realidade, mudar o rumo da história que vem sido escrita no Brasil com nossos estudantes e garantir que o direito a educação estabelecido por lei seja respeitado e muito além disso, o direito a cidadania seja cumprido.

3- UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS E FEITA POR TODOS

MACEDO (2005) explana os aspectos que envolvem as propostas de inclusão as escolas e também as consequências e os desafios dessa política no cotidiano escolar e de quem diretamente lida com a inclusão: os professores.

Segundo o mesmo autor a escola historicamente é pautada na organização de classificação, ou seja, classifica-se cada um pelo que e como aprende e os que não estão englobados no padrão tido como aceitável, automaticamente não estão inclusos no sistema escolar. Essa classificação tem por regra a separação, que tem por objetivo classificar para excluir.

Classificar é um modo de organizar que inclui determinada coisa, fato ou pessoa num grupo segundo critérios bem definidos, excluindo todas as outras coisas, fatos ou pessoas que não se encaixam ou não possuem esse critério e que pode ou não criar mais categorias para determinar essa separação.

“A lógica da exclusão apoia-se na lógica de classes”, afirma ainda MACEDO

(2005). É também a lógica da separação: “não é possível classificar sem separar, e é preciso que saibamos que esta forma de conhecer e organizar o mundo é não apenas muito usada, como necessária para todos nós”.

Se a classificação, em sua lógica de exclusão, é muito “potente do ponto de vista teórico, cognitivo e do conhecimento; do ponto de vista social, do ponto de vista político, do ponto de vista educacional, cria, na prática situações indesejáveis e muitas vezes insuportáveis”, continua o autor. Crianças deficientes e com necessidades especiais estavam fora da escola por não possuírem determinados critérios tidos como essenciais para a aprendizagem, ficando excluídas da “categoria privilegiada, formando uma outra classe de pessoas, uma outra classe de alunos”, como foi o caso, por exemplo, das classes especiais”.

O que precisamos compreender como base para qualquer reflexão é que esse problema é nosso, meu e de cada um, ou seja, precisamos estar abertos a discussão e as mudanças, a quebra de preconceitos e a mudança de pensamentos e ações que possam perpetuar qualquer discriminação e segregação.

A proposta da inclusão, apesar de todos os desafios que nos coloca, é considerar a relação entre pessoas de forma interdependente, ou seja, indissociável, irredutível e complementar. (...) Como não reduzi-la aos nossos medos, dificuldades ou preconceitos? Como não reduzi-la ao que gostaríamos que fosse, aos nossos anseios ou expectativas?

Como reconhecê-la por aquilo que é ou que pode ser, nos limites que a definem, como, aliás, definem qualquer um de nós"? (MACEDO p. 25, 2005).

Essas questões feitas pelo autor devem permear nossa reflexão e nossa práxis e vai permear ainda mais profundamente o debate sobre o papel do educador na inclusão.

No artigo 208 da Constituição Federal (1988) é garantido o acesso público e gratuito a todos e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ou seja, o direito a educação de todos é garantido por lei, mas engana-se quem pensa que isso faz com que realmente isso ocorra.

As Diretrizes Curriculares Para a Construção de Currículos Especiais (2006) estima que 10% da população brasileira, ou seja, 15 milhões de brasileiros, apresentem algum tipo de deficiência, destes apenas 300 mil estão matriculados em alguma instituição educacional.

A partir dessas estimativas podemos perceber que mesmo possuindo o direito garantido em lei, nem a metade dos estudantes tiveram e tem acesso a educação formal.

Em todos os documentos podemos perceber que existe um esforço em tentar criar e aperfeiçoar políticas de inclusão nos sistemas educacionais, bem como de saúde e segurança como aporte a essa ideia, mas é também claro que colocar em prática essas alíneas não é tão simples como parece no papel.

As escolas de forma geral, o centro de todo o trabalho, tem um papel fundamental, arrisco a dizer que até o principal ponto de inclusão é a escola e na figura do professor a face desse processo.

Nesse sentido MACEDO (2005), diz que do ponto de vista do professor é repensar todo o planejamento, sua organização de tempo e espaço e a principal mudança: o aluno que precisa ser incluído não é dele, mas é de todos. A ideia de que o aluno é de todos confirma a inclusão como um processo de que educar não acontece só em sala de aula, mas em todos os lugares e com todas as pessoas e isso é uma sociedade.

Segundo BRUNO (2008) "a educação de qualidade com a construção de um currículo voltado para diversidade cultural e atendimento às necessidades específicas e educacionais especiais é o grande desafio que enfrentam as instituições de ensino". Todos nós que estamos na escola temos que praticar a inclusão. A construção de um currículo que agregue valores, ideais e práticas inclusivas é concernente a todos os agentes educacionais, principalmente ao professor.

4- A ESCOLA, O PROFESSOR E ALUNO: JUNTOS EM BUSCA DA INCLUSÃO

A educação para todos pauta-se na ideia dos sistemas educacionais que se especializem em todos os tipos de alunos.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico. (MANTOAN, p. 2, 2008)

Segundo a mesma autora, as escolas que não atendem crianças com necessidades especiais respondem a esse não-atendimento como falta de estrutura e de professores capacitados, sem olhar para as benesses para esses alunos e para a própria comunidade escolar que poderiam estar trazendo.

Fica evidenciado a necessidade de novas práticas e novas formas de se enxergar o outro e suas capacidades, habilidades e formas de aprender. O professor é base essencial para essa guinada nas histórias desses educandos e de sua própria profissionalização.

A autora propõe em seus escritos ações que podem colaborar com essa escola que trabalha pela inclusão e com o trabalho diretamente em sala de aula.

Ela propõe inicialmente a elaboração do Projeto Político Pedagógico por cada unidade, pensando em sua própria realidade, que cada unidade escolar possa colocar de forma clara, prática e autônoma quem é sua comunidade, como vai atende-la, como essa mesma comunidade vai participar do processo de inclusão, quais práticas e ideais estão embutidos em seu cotidiano e o que pretende mudar.

Rever as maneiras de se avaliar e de como lidar com os resultados também é parte integral do processo de incluir e com qualidade.

Sem contar com a dinâmica gestacional e de coordenação pedagógica que precisa também estar preparada e junto vivenciando esse objetivo de uma escola que cumpre seu papel.

A formação continuada do professor é parte intrínseca de qualquer mudança na escola e segundo a autora, ainda é percebido a dificuldade do educador em aceitar novidades e inovações que alterem ou ameacem romper com sua maneira de ensinar e a inclusão vem para muitas vezes destruir essas barreiras.

A mesma ainda defende a ideia de que os cursos para professores precisam traba-

lhar sistematicamente com a reflexão, exposição de pensamentos e sentimentos, além da óbvia necessidade de formação de grupos de estudos na própria escola, que apoiem a ciência, a interdisciplinaridade na construção da educação e não o senso comum.

O contato com outras realidades também torna a formação de um ambiente inclusivo mais capaz, pois a escuta de novas práticas traz a luz novas ideias e maneiras de ensinar e aprender.

A valorização do educador, não como redentor ou herói, mas como um profissional que trabalha para formar, capacitar e ensinar a aprender é algo essencial. Não apenas em condições salariais, mas de respeito, valorização como pessoa e como realmente profissional, já que não temos mais a "tia" que apenas cuida, mas um profissional que cuida sim, mas que educa também.

Pensando sobre isso podemos pensar na escola como um lugar de construção de saberes e conhecimentos, não apenas científicos, mas de aprender a ser, fazer e conviver, tanto para o educando, quanto para o educador, que se faz e refaz dentro da sua prática.

Podemos perceber que a inclusão não é algo que acontece de um dia para o outro, mas é um processo e principalmente: é possível.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de todos os estudos é perceptível o quanto conseguimos evoluir como políticas públicas em inclusão, mas o quanto ainda falta caminharmos para efetivação da mesma.

Também é clara a ideia de que cada fase histórica influenciou na educação e na forma como as crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais eram tratados e vistos. O professor demora a passar a existir para esses educandos e inicialmente num papel em que compete apenas o cuidado.

Percebemos que só é chegada a ideia de educar, de incluir, de direitos iguais, habilidades e competências quando movimentos sociais que resultam em declarações mundiais e conferências eclodem e isso chega ao Brasil também.

Por meio de todas essas constatações fica evidente que a escola faz e deve fazer parte de uma transformação que envolve a sociedade, num ciclo constantes de trocas e o quanto devemos quebrar preconceitos e pensamentos arcaicos sobre o outro e o que ele pode ou não aprender e ser.

Talvez podemos pensar que cada um, independentemente, é capaz de escrever sua própria história, basta que seja oportunizado. Esse é papel da escola.

E como o professor faz-se importante em oportunizar!

PERRENOUD (2000) faz algumas considerações sobre as competências que o educador deve ter para ensinar e acho crucial que cada um de nós, professor, tome consciência de que precisamos tomar as rédeas de nossa própria formação, coisa que o autor deixa claro em suas palavras.

O professor precisa ser o primeiro a aprender a aprender, a buscar e a perceber que ele faz parte de um todo, que também precisa de apoio, de ajuda e de compreensão. Como um agente direto de inclusão é o primeiro que precisa incluir e perceber que é no coletivo que isso acontece.

O professor não é mágico, mas muitas vezes pode tornar a vida de alguém um pouco mais brilhosa com seu trabalho, sua dedicação e sua disposição em ensinar e aprender. Acredito que esse seja o maior presente e maior responsabilidade da docência: ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: SEESP, 2001.

BRASIL, Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos. Paraná: SEESP, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil.

Disponível em: http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/viewFile/589/55 4 . Acessado em 20/05/2020.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.

São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Lino de. Ensaios pedagógicos: Como construir uma escola para todos? ArtMed. Porto Alegre. ISBN, 2005.

MANTOAN, Maria T. Todas as crianças são bem vindas a escola. Disponível em http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/todas_as_criancas.htm . Acessado em 20/05/2020

PERRENOUD, Phillipe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre, Artmed,2000.